

Alguns desafios para a transformação social¹

Maíra Cavalcanti Rocha²

1) Sobre o modelo de desenvolvimento ora vigente no mundo: a sustentabilidade depende de se enxergar às pessoas antes do capital.

Já se vai o tempo em que o sistema produtivo não tinha se desenvolvido suficientemente para dar conta das necessidades humanas. Os primeiros pensadores do capitalismo surgem no século XVIII com o desafio de dar conta do abastecimento da humanidade com os bens necessários à sua reprodução. Falamos da época em que a sociedade começava seu processo de urbanização e se deslumbrava frente às possibilidades abertas pela revolução industrial assim como pela possibilidade de divisão social do trabalho. A idéia inicial era não muito mais do que uma sofisticação frente ao pensamento mercantilista que se baseava na acumulação. O passo seguinte dava conta de que a mera acumulação de metais não eram sinônimo de maior bem estar da população uma vez que as pessoas de carne e osso necessitavam de acesso a bens e não de nações ricas.

Daí derivam premissas básicas do pensamento liberal que buscavam formatar uma sociedade com uma divisão do trabalho eficiente: cada pessoa atuando em sua unidade de produção de maior eficiência e produzindo os bens necessários à humanidade em grande escala. Desse momento histórico também deriva a idéia de autorregulação dos mercados a partir, por um lado, da “lei da oferta e da demanda” assim como pela eficiência e especialização de cada unidade produtiva (podendo entender como unidade produtiva nesse caso: pessoas, empresas ou mesmo nações).

Ou seja, a idéia dos primeiros liberais estava baseada em uma realidade de escassez de bens fundamentais e de uma organização produtiva rudimentar – realidade completamente diferente da que vivemos hoje – mesmo assim, as premissas utilizadas para a elaboração do marco teórico que sustenta o capitalismo, ou melhor dizendo, a leitura feita pelos capitalistas desse marco teórico, continuam servindo de argumento para a manutenção do sistema.

O discurso com que se apresenta a proposta capitalista é cheio de artimanhas que fazem com que suas motivações sejam vistas de um modo que esconde as reais intenções do sistema em seus elementos mais básicos. Se pensarmos que cada sistema econômico nada mais é do que “a forma

¹ Texto adaptado de avaliação produzida para o Módulo: Lectura crítica del mundo contemporáneo, Professor: Joseba Azkarraga, parte integrante do “Máster em gestión económica y social para el desarrollo de la economía solidaria” promovido pela Universidad de Mondragón em 2010.

² Maíra Cavalcanti Rocha – Cientista Social pela FFLCH-USP, pos-graduanda pela Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad de Mondragón, CAV, Espanha e pesquisadora do Núcleo de Economía Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP).

como uma sociedade se organiza para se reproduzir e garantir sua sobrevivência”³, teremos que levar em conta que qualquer que seja esse sistema deve responder a 3 perguntas básicas:

- O que produzir?
- Quanto produzir?
- Como produzir (quem, onde e porque)?

Se perguntarmos às pessoas que vivem sob a ordem capitalista veremos que as respostas imediatas à essas perguntas fundamentais aparecem de forma distorcida:

Perguntas	Aparentemente	Concretamente
O que produzir?	Tudo/ bens necessários	Mercadorias = bens que possam ser vendidos.
Quanto produzir?	O necessário	O que possa ser comprado
Como produzir – quem?	Todos	Trabalhadores
Como produzir – onde?	Empresas, terras...	Propriedade privada (empresas e terras sim, mas com proprietários)
Como produzir – porque?	Para viver	Para receber um salário

Ou seja, um sistema que está voltado para a produção de mercadorias, não tem ou terá em seu centro a satisfação das necessidades da população. Se perguntarmos ainda qual a motivação dos capitalistas em empregar seus recursos na instalação de parques produtivos (e isso desde os primórdios do sistema), não encontraremos aí nenhuma inspiração altruística, mas a expectativa de que esse investimento gere lucro – uma espécie de recompensa que o capitalista tem direito por aplicar seus recursos e correr riscos para produzir bens necessários à humanidade, possibilitando ainda que uma série de pessoas que só possuem sua força de trabalho a vendam recebendo por isso um salário o único meio que lhes resta para acessar os bens necessários para a sua sobrevivência.

Quando o objetivo da produção está direcionado para a produção de mercadorias e para a geração de lucros, o direcionamento da produção é dado por outros fatores que não o das necessidades humanas. Daí os resultados que observamos hoje: no campo produtivo superprodução de alimentos enquanto parte da humanidade passa fome e direcionamento dos investimentos para a produção de bens de alta tecnologia ou de luxo e por outro lado a economia movimentada pela reprodução do capital pelo próprio capital através de investimento no sistema financeiro.

3 Esta definição e as idéias básicas nesse tópico foram extraídas do material preparado para o curso “Economia como sistema de organização da produção social” elaborado inicialmente por Mariana Almeida, economista e membro da equipe do NESOL-USP, revisto e adaptado pelo Núcleo Capital/ SP do Enlace/PSOL (o Enlace é uma corrente do Partido Socialismo e Liberdade).

Em paralelo a isso, os governos das nações e as organizações supranacionais continuam buscando o desenvolvimento a partir desse sistema e, mais do que isso, medindo seus resultados a partir de dados que não refletem uma questão fundamental que é a distribuição da riqueza entre as pessoas. O aumento do PIB (Produto Interno Bruto) continua a ser perseguido por quase todas as nações. A criação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) buscava incorporar outras dimensões como, por exemplo, a educação e a saúde, mas em termos de distribuição de renda não apresenta grandes avanços uma vez que ao utilizar em sua composição o PIB *per capita*, supõe uma distribuição das riquezas que dificilmente se verificará na realidade.

O iminente esgotamento dos recursos naturais e a questão ecológica trazem outros desafios que certamente esse modelo de desenvolvimento não resolverá. Paralelo a isso, processos ainda minoritários no mundo tentam trabalhar com a construção de outros indicadores para orientação das políticas de desenvolvimento. Um exemplo é o FIB (Felicidade Interna Bruta) um índice que tenta deslocar a medida do desenvolvimento dos fatores econômicos para fatores mais humanos, levando em conta em sua composição o bem estar psicológico, a saúde, o uso do tempo, a vitalidade comunitária, a educação, a cultura, o meio ambiente, a governança e o padrão de vida (esse último bem mais adequado para captar a distribuição das riquezas do que o PIB). Contudo, ainda temos muito a avançar nessa área, tanto com respeito à disseminação deste índice específico (ou o estímulo à construção de outros), mas muito mais com relação à aplicação efetiva dessa visão pelas grandes forças mundiais.

O certo é, que qualquer desenvolvimento que privilegie a mera reprodução do capital e não leve em conta fatores ecológicos e sociais (como a distribuição de renda), não serve aos propósitos de contribuir para uma sociedade mais sustentável.

2) Sobre a crise do capitalismo: o sistema se encerrará por si só?

Desde o início do século XX o capitalismo vem enfrentando sérias crises. Não me refiro aqui a grandes crises como a de 1929, mas a momentos em que a organização econômica parecia ter chegado a seu limite. Em todos esses momentos o sistema vigente mostrou uma enorme capacidade de se reformar e reinventar. Podemos observar isso no pensamento Keynesiano que buscava dar respostas a um efeito até que previsível do sistema: fazer com que um sistema para a acumulação e gerido de maneira privada, redistribuísse de alguma maneira os resultados gerados. Aí a teoria liberal traz de volta um ator escanteado do processo – o Estado – que assume papel de redistribuir os resultados garantindo à população não proprietária meios de vida que o sistema não viria a suprir.

O chamado Estado de Bem Estar Social funcionou em alguns países, sobretudo no primeiro mundo, por algumas décadas até que as margens de lucro alcançadas pelas empresas passou a não mais satisfazer as crescentes necessidades de acumulação da classe dominante. Passamos a um

processo de desresponsabilização dos Estados com o bem estar das pessoas do planeta, processo esse posto em prática em dois grandes campos: (a) mudança no marco legal dos países em que o Estado de Bem Estar já estava implantado (ou interrupção em quaisquer processos que visassem a implantação dessas premissas em países que não haviam adotado ainda essas políticas) a partir de um discurso de que eram medidas que impediam o crescimento; (b) relativo especificamente às relações de trabalho se puseram em marcha toda a sorte de processos desregulatórios, muitas vezes sob o argumento de que as leis trabalhistas eram as principais responsáveis pelo desemprego.

As estratégias que surgiam propondo outras formas de organização – muitas delas como forma de resistência e de oposição ao capitalismo foram engenhosamente incorporadas no *modus operandi* do sistema, sobretudo os baseados na cooperação – seja entre empresas, seja entre os trabalhadores – como as holdings e o toyotismo.

No diagnóstico de Carlos Taibo, a crise é irreversível porque o sistema não tem mais mecanismo de freios por um lado, e por outro não tem mais a mesma capacidade de gerar os resultados almejados pelos capitalistas. Com isso, fica a questão: essas condições são muito diferente do que tínhamos nos outros momentos onde o capitalismo criou sobrevida? Não será o capitalismo capaz de cooptar as novas formas de resistência que estão em voga a fim de manter-se como sistema hegemônico na organização do nosso modo de vida, por conseguinte, da economia como vem ocorrendo historicamente?

De qualquer maneira, esteja o capitalismo em crise por si só ou tentando se sustentar, é necessário que os grupos que não compartilham de seus princípios e almejam a construção de uma outra sociedade, se organize para tal. Mesmo que o sistema hegemônico atual rua por si só, o que vem depois estará em disputa e as bases em que essa disputa se dará assim como as da reconstrução do sistema dependem de como venceremos os desafios que já vemos desde hoje. A sequência desse decálogo discorre sobre oito desse desafios que devem ser pensados de maneira cuidadosa se não quisermos criar, por exemplo, um sistema que coloque a eficiência das formas associativas de organização do trabalho a serviço da acumulação de poucos.

3) Sobre os desafios para uma transformação social: Uma mudança cultural é fundamental.

Como ponto de partida, devemos ter claro que nem a educação, nem a cultura, nem a economia, nem a política nem, tampouco, a técnica são neutros. Todos estes foram forjados em determinado momento histórico e com objetivos a cumprir – sejam eles quais forem – e forjam um tipo de indivíduo e um tipo de sociedade específicos.

Alguns mitos difundidos pela sociedade ao longo dos últimos séculos foram tantas vezes repetidos que acabam parecendo verdades aos olhos do senso comum. Não é à toa, uma vez que um discurso tecnicista toma conta de todas as áreas. Um bom exemplo é a escola econômica

neoclássica que praticamente aboliu a economia política de seu escopo tentando explicar o mundo como se as questões macro e microeconômicas se desenvolvessem por conta própria, pela mera aplicação de técnicas. O primeiro passo para se pensar em uma transformação social que não seja meramente uma reforma ou adaptação, passa pelo exercício ainda em nível individual de permitir-se questionar. O que parece uma mudança trivial, nos dias de hoje – sobretudo no Brasil, mas me arrisco a dizer que se trata de uma questão mundial – é talvez o maior dos desafios, não só por conta da construção cultural dos últimos séculos como já aponte no início dessa seção, mas porque a visão do capitalismo-neoliberal-tecnicista-globalizado de hoje tem um aliado de peso na mídia – que difunde largamente os princípios e valores como verdades absolutas com a conviência – na melhor das hipóteses – da maioria dos Estados deste planeta.

Não bastasse a visão de sociedade que é difundida pelo *status quo* devemos levar ainda em conta a visão de ser humano que é difundida. Nessa lógica somos todos indivíduos auto-interessados com racionalidade funcional e gananciosos. Nosso ideal de bem estar é o *american way of life* forjado no início do século passado, nosso ideal de democracia é a democracia representativa (preferencialmente bipartidária e tendendo ao centro) e nossa cultura é de massa e globalizada.

O simples ato de questionar o porquê das coisas serem desta forma parece algo muito distante para muitas das pessoas. A possibilidade de poder formular outra maneira de viver na maioria das vezes nem se coloca. Para isso, precisamos, em primeiro lugar, de mudanças curriculares e metodológicas na maioria das instituições de ensino existentes que, de modo geral formam para a obediência e não para a reflexão e crítica. A forma de difusão da cultura no dia-a-dia, principalmente os meios de comunicação, também devem ser, se não modificados, ao menos efetivamente democratizados de modo que seja possível difundir outras visões de mundo que não apenas a do capitalismo-neoliberal-tecnicista-globalizado.

4) Sobre os desafios para uma transformação social: relações econômicas solidárias começam com a construção de outra visão de mundo.

Retomando a visão de economia enquanto forma como uma sociedade se organiza para se reproduzir e garantir sua sobrevivência; o pressuposto de que as coisas não estão dadas, mas resultam de uma visão de mundo forjada a partir de um dado ponto de vista; e que essa visão é difundida por canais como a educação e a mídia, que se tornam os maiores responsáveis pela perpetuação desta sociedade, teremos claro que para conceber uma mudança econômica é importante partirmos de um exercício de desnaturalização dos mecanismos presentes no sistema no qual estamos envolvidos. Para isso, olhar para as experiências históricas de organização econômica tanto do passado, quanto as que coexistem com o capitalismo é um processo frutífero para perceber

que nem sempre a economia esteve voltada para a acumulação, nem sempre se produziram mercadorias, nem sempre as pessoas trabalharam por salários e nem por isso as sociedades em questão são sociedades menos desenvolvidas, ao menos do ponto de vista humano.

Muitos vão argumentar que são sociedades atrasadas, não desenvolvidas e que não servem como parâmetro. Muitas vezes veremos sociedades mais rudimentares que a nossa sim, inclusive em termos de bem estar, mas adotar uma visão maniqueísta em uma análise desse tipo ou é uma atrofia inexplicável da capacidade criativa humana ou uma resposta automática aos interesses hegemônicos que nos ensinaram a não questionar. O fato é que são experiências que trazem elementos centrais para revermos nosso nível de necessidades, nosso grau de solidariedade, nossa capacidade de cooperação, nossa relação com a natureza entre outras dimensões.

Se sabemos que todo sistema econômico tem uma visão de mundo por trás devemos forjar o sistema econômico que responda às transformações sociais que queremos. A visão de mundo defendida aqui, tem como tarefa principal deslocar o objetivo central dos processos econômicos da reprodução do capital, recuperando para as pessoas essa posição. O primeiro passo nessa transformação é retomar a distinção que existe ente o econômico e o monetário. Isso fica mais claro se retomarmos o histórico da moeda: ela nasce com a função social de facilitar as trocas entre as pessoas – seres sociais, que organizam sua reprodução coletivamente, por isso produzem bens de forma complementar – assim, sua natureza é a circulação e não a acumulação. Uma moeda em circulação gera muito mais valor do que parada, gera também muito mais benefícios sociais. Claro que hoje em dia, mesmo a moeda acumulada não fica parada, ela circula no mercado financeiro, mas com esse mercado se distanciando cada vez mais da realidade e da produção de bens em favor da reprodução do capital pelo capital, a moeda que tem o mercado financeiro como destino gera muito menos utilidade. Nesse sentido devolver à moeda seu papel de meio – ao invés de fim – é fundamental para que processos de desenvolvimento inclusivos sejam possíveis. A criação de mercados que utilizam moeda solidária, projetos que organizam incentivam a produção para autoconsumo e outras formas de suprir as necessidades coletivamente são iniciativas que tentam romper com mecanismos de mercado orientados para a reprodução do capital e buscam dar resposta às necessidades das pessoas.

É importante destacar ainda a incongruência entre a visão de economia que adotamos aqui e o efeito gerado pela organização econômica vigente que gera acumulação de capital em poucas mãos – sobretudo nas sociedades urbanas onde a moeda se tornou meio para a sobrevivência e, com isso, para a reprodução da sociedade. A distribuição da renda aparece aí como um fator central para um sistema econômico que cumpra seu papel. O capitalismo já se mostrou incapaz de ter um sistema de redistribuição eficiente, seja no livre mercado, seja na manutenção de um estado de bem-estar. A redistribuição se contrapõe irremediavelmente às aspirações de manutenção do crescimento

das margens de lucro. Uma organização econômica solidária é a tentativa de reverter essa tendência uma vez que cria organizações sem fins lucrativos, mas com finalidade econômica. Ou seja, embora os sócios desta organização não almejem obter grandes margens de lucro, há o objetivo de obter ganhos econômicos que mantenham em um nível digno a remuneração de seus sócios e permita a sustentabilidade do negócio.

5) Sobre os desafios para uma transformação social: produzir de forma sustentável e solidária.

Para propor uma mudança na esfera da produção, devemos partir de uma reflexão sobre seu papel. Retomando a visão de economia com que estamos trabalhando, a organização da produção deve ser uma ferramenta à disposição da sociedade para possibilitar a sua reprodução. Pois bem, a reprodução humana necessita de bens e não de mercadorias. Em uma economia a serviço das pessoas a preocupação em produzir para as necessidades das pessoas deve se sobrepor à idéia de produzir para quem pode pagar. Os efeitos da produção baseada em mercadorias são devastadores, um exemplo disso se dá no âmbito da indústria farmacêutica que tem gasto milhões em pesquisa para o desenvolvimento de medicamentos rentáveis como os para a impotência sexual masculina ou a obesidade, que facilmente se convertem em mercadoria. Nenhum problema se isso não acontecesse, por exemplo, em detrimento da pesquisa e produção de medicamentos para algumas doenças que acometem massas de pessoas nos países do terceiro mundo.

Essa é a mesma lógica que faz com que cotidianamente necessidades sejam criadas com o auxílio da mídia. Não é difícil deduzir que esse é um efeito direto da concentração de renda. Se há menos pessoas com capacidade de consumo, para que as empresas continuem vendendo, essas pessoas têm que comprar mais. Com isso surgem desde mercadorias que buscam substituir – com promessa de vantagens – recursos acessíveis como, por exemplo, o leite materno a mercadorias que são símbolo de uma posição social, por exemplo, algumas bolsas ou relógios de marca famosa, que conferem status a quem pode desfilas com esses itens.

Além da definição sobre o que produzir, essa nova economia que buscamos o faz de forma autogestionária. Isso implica em diferenças fundamentais com relação à produção heterogestionária em todos os níveis: (a) é constituída por sócios-trabalhadores que exercem essa dupla função de forma não dissociada e coletivamente; (b) a organização para o trabalho é feita pelo coletivo dos trabalhadores, assim como o acompanhamento e supervisão do mesmo; (c) os resultados do trabalho pertencem ao coletivo dos sócios (sejam eles positivos ou negativos); (d) a responsabilidade pelo processo é dos sócios.

As unidades de produção nesse sistema, uma vez que não são instrumento para geração de lucro, mas para a promoção do bem estar das pessoas, não tem objetivo de direcionar seus

resultados apenas para seus sócios, mas tem os compromissos de cooperar com outras iniciativas solidárias e de solidariedade com a comunidade.

Uma produção para essa economia de que precisamos tem ainda um outro desafio: o uso responsável dos recursos do planeta, sobretudo se os nossos objetivos de reprodução da sociedade não se limitarem a uma geração. Para isso, não só o que se produz, mas como se produz é de suma importância. Buscar tecnologias limpas, reduzir a geração e dar destinos adequados aos resíduos, ampliar a produção de biodegradáveis, não desmatar, não aterrar, não poluir, entre outras práticas devem estar na agenda de qualquer empreendimento solidário.

6) Sobre os desafios para uma transformação social: a construção de uma comercialização solidária e a criação de empreendimentos solidários de distribuição.

Para que haja uma mudança efetiva no sistema econômico, não basta mudar as relações no âmbito da produção. Uma produção mais solidária com canais de comercialização nos moldes convencionais tende a alimentar uma reconcentração da renda em outra etapa da cadeia produtiva. São inúmeros os casos onde a economia solidária ocupa apenas a base da cadeia e seus trabalhadores ficam com a menor fatia dos resultados gerados no ciclo de seus produtos, as estruturas de distribuição convencionais, de maneira geral, exercem uma forte pressão sobre os produtores que dependem quase exclusivamente delas para escoar sua produção. Uma organização solidária deve ter como norte, ocupar todas as etapas da cadeia produtiva articulando a produção a comercialização e o consumo de forma solidária⁴.

Além de estar nas mãos do trabalhador, a comercialização em um novo sistema econômico deve ser baseada em outros princípios – assim como a produção – que não se limitam à rentabilidade. Os processos de comercialização solidária devem ser mais éticos e transparentes. O Comércio Justo e Solidário⁵ adota princípios e critérios – tanto organizacionais quanto relacionais – que compartilham os mesmos valores que buscamos para uma comercialização mais solidária e a serviço das pessoas. Um novo consumidor buscará também consumir produtos e serviços distribuídos a partir desses princípios.

4 O Fórum Brasileiro de Economia Solidária com esse objetivo adotou como uma de suas bandeiras prioritárias a Produção, Comercialização e Consumo Solidário (ver Relatório Final da IV Plenária de Economia Solidária p.13 neste link: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=379&Itemid=216).

5 O Brasil vem desenvolvendo em uma parceria entre organizações da economia solidária, do comércio justo de consumo responsável, um projeto para criação de um Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário a proposta do Sistema já está pronta e o movimento reivindica agora a sua implementação. Entre os aspectos que diferenciam a proposta de Comércio Justo Solidário do Comércio Justo tradicional estão o fato da relação estreita com a economia solidária e o objetivo de que seja um sistema que viabilize a comercialização sul-sul, o que impulsiona que a adoção de valores mais éticos na comercialização não sejam vistos apenas como uma questão assistencial dos países ricos, mas passe a integrar a cultura dos países do sul. Mais informações sobre isso podem ser encontradas na Cartilha “O Comércio Justo e Solidário no Brasil” no site: www.facesdobrasil.org.br

7) Sobre os desafios para uma transformação social: somos responsáveis quando exercemos nosso papel de consumidor?

Não se promovem mudanças significativas nas esferas da produção e da comercialização se não houver mudanças fundamentais na mentalidade do consumidor. Para isso, é necessário que a cultura consumista desenvolvida desenfreadamente nos últimos anos seja modificada. Essa não é uma tarefa fácil uma vez que pressupõe um movimento de rever hábitos arraigados e reforçados cotidianamente pelos meios de comunicação.

Como toda mudança cultural, a mudança nas relações de consumo precisa partir da disposição para questionamentos de diversas ordens: das informações transmitidas pela sociedade e que formaram a nossa personalidade, das informações que continuam chegando pelos meios de comunicação e pelas pessoas com quem convivemos, mas principalmente questionar a nós mesmos. Muitos de nossos hábitos e desejos, se pararmos para refletir, são supérfluos e/ou nocivos.

A indústria do supérfluo tem conseguido converter cada vez mais rapidamente todo o tipo de coisa em necessidade. Isso ocorre com a automação das nossas tarefas do dia-a-dia, na relação que estabelecemos com nossas roupas e acessórios (cujos modelos e cores mudam a cada estação) e na indústria alimentícia que introduz hábitos e sabores na nossa cultura todos os dias.

Optar pela praticidade sem refletir sobre seus efeitos também é uma forma de alimentar o sistema capitalista e tudo o que vem junto com essa lógica. Consumimos alimentos ultra-industrializados em detrimento de optar pelo saudável. Ou *Pirateamos* um sistema operacional de computadores ao invés de optar pelas versões livres. No âmbito da lógica vigente, a opção por um consumo consciente requer, na maior parte das vezes imprimir um esforço adicional com relação às opções ditas disponíveis – pois se é disponível a poucos podemos questionar a real disponibilidade. Sem um grau elevado de auto-convencimento isso se torna difícil de realizar.

Se olharmos para o mercado consumidor de hoje, podemos, verificar algumas pequenas mudanças na opinião pública com relação a alguns hábitos de consumo, em geral, a maior parte dos temas pautados (alimentos saudáveis ou responsabilidade com os recursos naturais) acabam incorporados ao discurso das empresas capitalistas, seja como publicidade, seja como responsabilidade social. Para o consumidor médio de hoje em dia isso basta, poucos se propõem a verificar a veracidade das afirmações, entender o processo produtivo do que está consumindo e, muito menos, a construir uma visão mais ampla, ou seja, se a empresa *x* investe no projeto de despoluição do rio *y*, mas utiliza insumos que afetam a saúde de seus funcionários, essa segunda questão não fará parte da decisão de compra; menos ainda se pensarmos em processos mais complexos como a criação de dependência gerada por softwares proprietários ou, pior, por sementes

*terminator*⁶.

Um consumidor consciente e responsável se preocupa com todo o processo que levou o produto ou serviço às suas mãos, assim como com os efeitos de sua escolha no futuro da humanidade. Sabemos que mesmo as pessoas que têm maior consciência sobre esses processos ainda oscilam no dia a dia entre o consumo responsável e atos de consumo não tão responsáveis assim (mesmo que conscientemente). Contudo, esse é um processo que leva um tempo seja para conscientização das pessoas, seja para que haja informações disponíveis sobre os processos produtivos, ou para que haja oferta suficiente de *produtos responsáveis*. O que vemos hoje em termos de consumir de forma consciente e, sobretudo responsável são, de maneira geral, ações individuais de pessoas isoladas.

Também de maneira isolada, já é possível encontrar alguns grupos que optam por consumir de maneira mais consciente. Esse é um ato, todavia, quase que anti-sistêmico, visto com ironia e sarcasmo pela maior parte da sociedade. Mudar essa realidade faz parte dessa transformação social de que falamos.

8) Sobre os desafios para uma transformação social: da propriedade à serviço do *ter* à um planeta pra usufruir.

Já abordamos aqui os efeitos da propriedade privada na distribuição dos resultados gerados pelo sistema capitalista. Assumindo que nos permitimos questionar a realidade em que vivemos, devemos nos perguntar sobre qual o sentido da propriedade privada, sobre a lógica que orienta a sua distribuição entre as pessoas e quais os efeitos gerados por essa distribuição.

Bom, de maneira abstrata podemos pensar em uma superfície terrestre com 30% disponível para a ocupação entre os seres vivos, lembrando que seres vivos envolve plantas e animais. Contudo sabemos que a noção de ser humano como parte da biosfera foi abandonada há tempo. Tampouco podemos desconsiderar que não seríamos uma espécie viva se não fosse nossa capacidade de nos articular socialmente e transformar a natureza criando condições para a nossa sobrevivência. Um dos maiores problemas de nossa sociedade está na perda da medida de até onde transformar a natureza para a geração de recursos está orientado para a reprodução e bem-estar e onde a utilização dos recursos assume limites que vão além das necessidades para a reprodução e bem-estar. Esse é, certamente, um desafio ao qual ainda não temos resposta, mas o questionamento sobre a apropriação que promovemos desses recursos, suas motivações e efeitos são um ponto de partida para começar a rever essa medida.

Nossa sociedade tem entre uma de suas principais motivações o *ter*. O acúmulo de bens

⁶ Nome dado a semente comercializada principalmente pela multinacional Monsanto que impede nova reprodução a partir dos frutos, ou seja, o agricultor que utilizou essa semente precisará necessariamente comprar novas sementes na safra seguinte.

(sejam terras, edificações, empresas, bens de consumo, ou financeiros) não encontra limites nem na necessidade (mesmo porque, como já vimos, elas são facilmente produzidas), nem legais, nem morais. Pelo contrário, a posse sobre as coisas é o principal referencial de sucesso pessoal, sua garantia um dos principais (se não o principal) objetivo do judiciário e da polícia, e uma das principais promessas dos políticos, das propagandas, etc.

A equação de uma distribuição mais justa dos recursos naturais tampouco é uma ciência exata. Um exemplo claro disso se deu no processo de demarcação das terras indígenas no Brasil no final do século passado. Foram necessários diversos estudos e debates para definir o que seria uma demarcação justa: estavam aí presentes um ponto de vista (no nosso modo de ver talvez o mais racional) que fazia uma aproximação entre a quantidade de terra destinada à agricultura familiar na reforma agrária e o número de pessoas beneficiadas pela demarcação (argumento matemático) e o argumento social-antropológico que levava em conta questões tradicionais como a impossibilidade de deixar fora das áreas como, por exemplo, um monte onde é feito o ritual de iniciação dos meninos ou o rio onde se pratica o ritual de pedido aos deuses por um ano de abundância. Qual lógica é a mais correta? Há alguma receita que possa definir?

A lógica da propriedade Estatal é, ao menos em tese, oposta da propriedade privada: há um ente acima dos indivíduos que arbitra sobre o uso dos recursos de uma nação. É uma opção que visa garantir uma divisão mais equilibrada dos recursos, mas, também sujeita à lógica do governante que estiver ocupando este posto. Sem entrar em debates sobre o tipo de governo e os efeitos que isso possa ter, é importante termos claro que o único país que tem um bom Índice de Desenvolvimento Humano e um modo de vida sustentável utiliza mecanismos Estatais para a distribuição de seus recursos, mas é certo também que já assistimos a processos em que as decisões estatais para distribuição de recursos foram contaminadas por interesses privados ou corporativos, o que nos deixa ainda mais convencidos de que ainda não temos uma receita ideal.

Enfim, o que temos de certo é que para uma sociedade mais duradoura – e pensemos somente nesse aspecto –, é necessário que os processos de apropriação dos recursos e, sobretudo de exploração destes, tenha o menor grau de interesse privado possível. Portanto, os processos de definição sobre seu uso deve ser o mais coletivo possível. Embora isso isoladamente não seja garantia de um uso responsável dos recursos, pois a *consciência social* está de maneira geral impregnada por aqueles valores comentados no início deste decálogo, a decisão coletiva é um mecanismo de construção de ações e objetivos comuns, implicação de todos com o processo e de responsabilização pelos resultados. Isso certamente é mais legítimo do que a decisão de um indivíduo sobre questões que afetarão a vida dos demais, por mais bem intencionada que essa pessoa seja.

Na visão corrente da sociedade de hoje, os indivíduos têm como objetivo acumular a maior

quantidade de benefícios possível, no menor tempo possível para se diferenciar o mais que puder do resto da comunidade e passar essa condição diferenciada para as gerações seguintes. Com uma outra lógica, a economia solidária e as cooperativas são um instrumento que permite um uso social dos recursos, a noção de propriedade nessas organizações ganha outro contorno. O aspecto mais relevante não é a posse, mas a possibilidade de acesso para geração de benefícios. A noção de preservação e de utilidade social dos bens está na raiz dessa forma de organização. Nesse tipo de organização a geração de riquezas tem como função o suprimento das necessidades imediatas dos trabalhadores por um lado e por outro, a garantia de fontes de recursos para a comunidade e para as gerações futuras. Os efeitos na distribuição de benefícios para a humanidade em uma sociedade que cultive esses valores e os distribua com controle social, são potencialmente mais benéficos para um maior número de pessoas que os gerados pela competição entre as pessoas pelo acesso aos bens necessários para a sobrevivência, em uma sociedade que, como vimos, não conseguiu criar mecanismos redistributivos eficientes e em que o *ter* ocupa uma posição tão central.

9) Sobre os desafios para uma transformação social: mudanças nas relações políticas

Já viemos defendendo aqui a participação das pessoas nos processos decisórios que terão efeitos diretos em seu futuro. As cooperativas e outros Empreendimentos Econômicos Solidários⁷ demonstram que essa implicação das pessoas tem efeitos positivos em termos de desenvolvimento comunitário e em eficiência produtiva. Em termos políticos também há muito a avançar seja quanto ao de modelo de democracia, seja quanto à forma como as relações políticas (sobretudo as partidárias) estão disseminadas ao menos no Brasil.

A democracia representativa é o modelo mais difundido na arquitetura política de hoje, o que tem sua razão de ser com a complexidade que as Nações assumiram. Os espaços de participação democrática na sociedade de hoje, restringem a participação popular ao momento do voto em processos eleitorais cada vez mais despolitizados e baseados em estratégias de marketing. Se elege o melhor *slogan*, o mais simpático, o que mais promete benefícios pessoais e não o projeto político.

Podemos observar em alguns locais modelos híbridos que articulam aos espaços representativos outras formas de participação seja a partir de referendos ou plebiscitos, seja pela criação de conselhos para gestão e/ou interlocução em experiências locais ou setoriais. Dentre estas há experiências de êxito como também dificuldades e mesmo fracassos, na maioria das vezes por uma participação baixa, frágil ou auto-interessada. Isso não é nada estranho se pensarmos que uma

⁷ Conceito utilizado no Brasil para denominar cooperativas, associações, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais, etc., que realizam atividade econômica em que os sócios exercem coletivamente a gestão e definem a alocação dos resultados.

participação qualificada necessita ser parte de um processo de mudança cultural que, todavia, ainda está restrita a poucos espaços.

No contexto de transformação social para uma sociedade com valores mais próximos da economia solidária devemos avançar no sentido de consolidação de cada vez mais espaços de participação direta na tomada de decisões. Seja no âmbito do empreendimento, da comunidade, municípios ou mesmo nações. Considerando somente o âmbito da economia solidária, percebemos que as mudanças na cultura política vigente são processos com um alto grau de complexidade. É visível a incongruência entre o discurso democrático e autogestionário com relação às práticas dentro dos empreendimentos, mas, sobretudo nas relações externas: entre empreendimentos, nos espaços do movimento de economia solidária e com os outros espaços da sociedade.

Internamente, as relações de trabalho hierárquicas já interiorizadas pelos trabalhadores muitas vezes geram processos de dominação por um lado e apatia, descompromisso ou desresponsabilização por outro lado. É comum nesses espaços a convivência de dois discursos: os membros de órgãos diretivos reclamando da baixa participação do coletivo de sócios e os que não participam destes espaços reclamando de centralização das decisões e assumindo uma postura de embate com os diretivos como se estivessem em uma realidade patronal.

As relações que os atores da economia solidária estabelecem entre si e os espaços de articulação das iniciativas e construção de pautas coletivas são elementos chave para que as experiências que estão se desenvolvendo sob outros parâmetros econômicos possam contribuir, para além da melhoria nas vidas de seus sócios, para uma transformação mais ampla na sociedade. A cultura política vigente na sociedade interfere de forma significativa no funcionamento desses espaços. No Brasil, observamos que por muitas vezes, mesmo nesses espaços que se definem como articuladores da economia solidária se reproduzem práticas políticas anacrônicas com a autogestão como a formação de blocos com interesse (orientados por pautas partidárias, ou de interesses de grupos privados) através das mesmas práticas de dominação desenvolvidas no âmbito das estruturas burocráticas da democracia representativa e a despeito de construir as pautas a partir da composição dos interesses coletivos.

É importante que a construção das pautas do movimento siga parâmetros coerentes com a democracia participativa e com os processos autogestionários que são o centro da economia solidária. O que serve no âmbito do empreendimento deve servir para orientação dos espaços de supra-estrutura que são a face pública dessa outra forma de organização. Sem isso há o risco de que a organização do Movimento de Economia Solidária torne-se um espaço propício para massa de manobra de interesse construídos externamente. Isso não é estranho em uma tradição política em que mesmo os espaços mais à esquerda partem de uma concepção centralista em que cabe a uma

massa crítica construir as estratégias de mudança e dirigir o povo no sentido definido por essa espécie de grupo de iluminados que, em tese, conhecem melhor do que os demais os rumos para uma sociedade melhor. Algo que em uma sociedade que põe as pessoas em seu centro soa no mínimo estranho.

10) Sobre os desafios para uma transformação social: retomar o sentimento de humanidade

As mudanças geradas com a chegada do modo de produção capitalista foram formando também um outro tipo de ser humano. A ordem econômica atual (lembramos: economia como forma que uma sociedade se organiza para se reproduzir e garantir sua sobrevivência) baseada na divisão social do trabalho para geração dos meios de sobrevivência (ao menos em tese) acessíveis mediante troca monetária começam a modificar radicalmente a realidade. Diminui a necessidade de organizações mais cercanas e comunitárias para a sobrevivência das pessoas. Se antes precisávamos criar em nível local, pequenos sistemas de produção diversificada para garantir o acesso de cada comunidade aos bens necessários, os princípios que regem o capitalismo rompem com essa idéia. A sociedade passa a buscar estruturas cada vez maiores (que implicam a aplicação de grandes quantias de capital) capazes de produzir cada vez mais produtos a menores custos e, para isso, buscarem ampliar cada vez mais o mercado em que se ofertam esses produtos. Cai a idéia de organização local da produção para uma lógica de mercados cada vez mais globais.

Com relação às pessoas, também ocorrem mudanças significativas: a especialização dentro das unidades produtivas foi criando seres cada vez menos conscientes de seu papel como parte de um sistema econômico de forma que a relação de cada um com o trabalho se descola de sua motivação original: a de produzir de forma complementar aos outros membros da sociedade os bens necessários para sua sobrevivência. Ao se relacionar apenas com parte da produção do bem (sem a clareza sobre como é feito o produto final e nem das demais etapas que fazem com que esse produto chegue a uma prateleira do supermercado) o trabalhador passa a enxergar apenas relação trabalho – salário e perde a noção trabalho – forma de gerar meios para a sobrevivência e reprodução da sociedade. Além disso, a premissa liberal de que cada um é livre para trabalhar onde queira, buscando o auge de sua eficiência para destacar-se perante os demais com a idéia de que o sucesso (sem entrar na discussão sobre o que significa o sucesso capitalista) depende de seu esforço e mérito, foi criando um ser cada vez mais apartado de seus pares.

O conceito de indivíduo data deste momento, e vem norteando a formação de gerações de pessoas de modo que a noção de que somos seres sociais e que – mesmo nessa sociedade de hoje, obviamente em outros níveis – nossa sobrevivência está relacionada com a interdependência entre as pessoas foi se perdendo ao longo do tempo. Em tempos onde percebemos que no modo de produção atual definitivamente não cabem todos de maneira digna, recuperar o sentido de

comunidade ou de interdependência entre as pessoas e, mais do que isso, de humanidade é uma questão central.

O sentido de comunidade é a base para que sejam semeados processos de cooperação e solidariedade, fundamentais para que possamos construir uma efetiva transformação social rumo a uma sociedade mais justa e equitativa. É esse sentido que pode levar um ser humano a compartilhar, a se preocupar com os demais e com a preservação dos recursos ambientais e a rever a noção de necessidade que foi construída com base em valores individuais em prol de parâmetros mais responsáveis com a humanidade.

A construção do indivíduo e seu culto ao longo dos últimos séculos, diluiu a possibilidade de enxergar ao outro como semelhante, permitindo que se consiga sustentar uma visão fria, distanciada ou mesmo indiferente com relação ao que passa com a pessoa ao lado. Processos semelhantes permitiram – e permitem – ações de violência e genocídio ao longo da história como no período da inquisição ou o regime nazista na Alemanha do século passado, aceitos e justificados pelas sociedades opressoras na medida em que se retirava do oprimido seu caráter humano.

O sentimento de que todos somos seres humanos, sociais e cuja sobrevivência digna da espécie e hoje mais do que isso, do planeta, depende da cooperação e do compromisso entre todos. Esse resgate é o embrião mais fértil que podemos ter para que façamos, de fato, uma transformação social.